

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

Cristopher Machado da Silva

**“UM DOS MAIS FECUNDOS MOVIMENTOS DE NOSSA VIDA COMO NAÇÃO
CIVILIZADA”**: IDENTIDADE E MEMÓRIA DA SEMANA DE ARTE MODERNA NAS
PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL (1972)

Santa Maria, RS, Brasil

2023

Cristopher Machado da Silva

“UM DOS MAIS FECUNDOS MOVIMENTOS DE NOSSA VIDA COMO NAÇÃO CIVILIZADA”: IDENTIDADE E MEMÓRIA DA SEMANA DE ARTE MODERNA NAS PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL (1972)

Monografia apresentada ao Curso de História - Bacharelado, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em História

Orientador: Prof.º Dr.º João Manuel Casquinha Malaia Santos

Santa Maria, RS

2023

Cristopher Machado da Silva

“UM DOS MAIS FECUNDOS MOVIMENTOS DE NOSSA VIDA COMO NAÇÃO CIVILIZADA”: IDENTIDADE E MEMÓRIA DA SEMANA DE ARTE MODERNA NAS PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL (1972)

Monografia apresentada ao Curso de História - Bacharelado, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em História

Aprovado(a) em 13 de julho de 2023:

João Manuel Casquinha Malaia, Prof. Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Mariana Flores da Cunha Thompson Flores, Prof. Dr. (UFSM)

André Atila Fertig, Prof. Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS

2023

RESUMO

“UM DOS MAIS FECUNDOS MOVIMENTOS DE NOSSA VIDA COMO NAÇÃO CIVILIZADA”: IDENTIDADE E MEMÓRIA DA SEMANA DE ARTE MODERNA NAS PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL (1972)

AUTOR: Cristopher Machado da Silva

ORIENTADOR: João Manuel Casquinha Malaia Santos

Esta monografia tem como tema as publicações *a posteriori* a respeito da Semana de Arte Moderna no Jornal do Brasil. Busca-se compreender, a partir do conceito de *identidade cultural*, de que modo o Jornal do Brasil abordou as comemorações da Semana de Arte Moderna dando ênfase nas comemorações de 50 anos, período em que o país se encontra sob um governo militar. Com base nos conceitos de construção da identidade propostos por Stuart Hall e o conceito de memória coletiva apresentado por Paul Connerton procura-se, a partir da análise documental, verificar se as estratégias discursivas adotadas pelo jornal corroboram para uma produção de sentido a respeito da “nação” em torno do acontecimento.

Palavras-chave: Semana de Arte Moderna. Identidade. Memória. Nação.

ABSTRACT

“UM DOS MAIS FECUNDOS MOVIMENTOS DE NOSSA VIDA COMO NAÇÃO CIVILIZADA”: IDENTIDADE E MEMÓRIA DA SEMANA DE ARTE MODERNA NAS PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL (1972)

AUTOR: Cristopher Machado da Silva

ORIENTADOR: João Manuel Casquinha Malaia Santos

This undergraduate thesis has as its theme the *a posteriori* publications about the Week of Modern Art in Jornal do Brasil. The aim is to understand, from the concept of *cultural identity*, how Jornal do Brasil approached the celebrations of the Week of Modern Art, emphasizing the 50th birthday celebration, a period in which the country is under a military government. Based on the concepts of identity construction proposed by Stuart Hall and on the concept of collective memory presented by Paul Connerton, based on the documents analysis, we seek to verify whether the discursive strategies adopted by the newspaper corroborate for a production sense of the “nation” surrounding this event.

Palavras-chave: Week of Modern Art. Identity. Memory. Nation.

1. INTRODUÇÃO	6
2. A HISTÓRIA DA SEMANA E UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS DE IDENTIDADE E MEMÓRIA .	8
2.1 100 Anos da Semana de Arte Moderna de 1922	8
2.2 - Identidade e memória.	11
3. O JORNAL COMO PRODUTOR DE SENTIDO E O JORNAL DO BRASIL.	15
4. A SEMANA DE ARTE MODERNA COMO DISCURSO NO JORNAL DO BRASIL	18
4.1 Metodologia	18
4.2 Apresentação dos Dados e Análise	18
4.2.1. 1920-1962	19
4.2.2 1972	21
4.2.2.1 Opiniões/referências	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1. INTRODUÇÃO

Acredito que um dos fatores fundamentais na produção do saber discente é a curiosidade, porque é ela que estimula ao questionamento e às dúvidas. “O exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser.” (FREIRE, 1996, p.88), considero importante salientar este ponto de partida porque assumir a curiosidade, é exercitá-la, é tirá-la do papel de "espontânea" e dar espaço a uma curiosidade epistemológica.

Dito isso, a título de clareza para com meus objetivos, acho importante apresentar a curiosidade pessoal, que contextualiza o desenvolvimento desta pesquisa. Em 2022, ano do centenário da Semana de Arte Moderna e Bicentenário da Independência do Brasil, em um ano de disputa eleitoral carregada de símbolos e discursos antagônicos, surgem as perguntas que despertaram o interesse necessário para realizar essa pesquisa, são elas: O que é nação? O que é nacionalismo? Como acontece a ideia de se pertencer a uma nação? Este trabalho traz algumas discussões a respeito da construção deste conceito, e acho importante mostrar as questões abrangentes que dão início ao processo de realização de uma monografia acadêmica, que tem a delimitação como uma de suas principais características no processo de desenvolvimento.

O presente trabalho busca analisar as publicações *a posteriori* a respeito da Semana de Arte Moderna de 1922, através da plataforma de pesquisa em periódicos Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital Brasil. Analisamos o que foi escrito pelo Jornal do Brasil a respeito da Semana de Arte Moderna de 1922 e suas comemorações até o ano de 1972 sob a ótica dos conceitos de “identidade cultural” e “memória social” propostos por Stuart Hall e Paul Connerton, no contexto específico da Ditadura Militar no Brasil.

Esta pesquisa se propõe a responder à seguinte indagação: a partir das fontes acerca da Semana de Arte Moderna, é possível afirmar que o mesmo nem sempre teve a aceitação cultural, no que diz respeito a estética artística e nem a relevância social que lhe foi atribuída posteriormente? Se sim, quais seriam os possíveis motivos que levaram o evento a se tornar uma efeméride?

A hipótese inicial é que o resgate a um evento passado e as comemorações do mesmo, seja ele qual for, não se dá por acaso. A relevância que se dá sobre um evento resgatado serve a algo ou a alguém e ao se tratar especificamente da Semana de Arte Moderna, levanto a hipótese

de que, durante o período da Ditadura Civil-Militar, esse evento serviu como apoio para validar uma narrativa que estava de acordo com os valores do governo militar da época.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, são apresentados os pressupostos teóricos, conceituais e bibliográficos que norteiam a pesquisa. A primeira seção do capítulo trata da bibliografia acerca da Semana de Arte Moderna de 1922. A segunda seção do capítulo, é reservada aos pressupostos teóricos referentes às concepções abordadas a respeito dos conceitos que norteiam a pesquisa.

No segundo capítulo tratarei das concepções do uso do jornal, mais especificamente o uso da mídia impressa, como fonte de pesquisa, do seu potencial como produtor de sentido e da sua articulação com o mundo político; também é apresentado uma contextualização específica a respeito do Jornal do Brasil e a sua relação com o período da ditadura.

O capítulo três, dividido em duas sessões, apresenta os resultados encontrados a respeito do que foi publicado pelo Jornal do Brasil. Na primeira sessão, são apresentados os resultados referentes aos decênios de 1922, até 1962, a respeito da Semana de Arte Moderna. A segunda sessão tratará especificamente do ano de 1972 e o que foi publicado pelo Jornal do Brasil neste ano.

2. A HISTÓRIA DA SEMANA E UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS DE IDENTIDADE E MEMÓRIA .

Este capítulo trata do referencial bibliográfico e os conceitos teóricos que fundamentam esta monografia. Para essa análise, utilizarei como conceitos centrais, os conceitos de *identidade cultural*, a partir da concepção do sociólogo jamaicano Stuart Hall, um dos pioneiros do Estudos Culturais, desenvolvidos na Open University, em meados do século XX, e *memória*, a partir dos estudos do antropólogo britânico Paul Connerton, um antropólogo social britânico, conhecido pelo seu trabalho sobre memória social.

Os Estudos Culturais, consideram a cultura como um território de disputa política, o controle desse território é que permite formas de dominação, subordinação, inclusão ou exclusão e a organização hierárquica.

2.1 100 Anos da Semana de Arte Moderna de 1922

Há mais de 100 anos, entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922, realizou-se no Teatro Municipal de São Paulo a Semana de Arte Moderna (SAM). Este evento consistiu em exposições de artes plásticas, de poesias, de músicas e de conferências, que causaram escândalo em quem vivenciou o evento, mas que hoje se tornou um marco na história da cultura moderna no Brasil e o marco fundamental do modernismo no país. O movimento de modernização da cultura brasileira tem como um de seus marcos iniciais a I Exposição de Arte Moderna de Anita Malfatti, em 1917, por ser o momento em que pela primeira vez, um conjunto de obras que apresentavam uma estética que estava em sintonia com a modernidade europeia provocou uma resposta pública no país, a exposição foi atacada por Monteiro Lobato, escritor e crítico influente no ciclo intelectual da época, sendo defendido por Oswald de Andrade e Mário de Andrade, união que com o passar dos anos, resultou na Semana de Arte Moderna de 1922 (Boaventura, 2013, p. 24).

Alembert (2012) analisa os vinte primeiros anos da existência histórica da Semana, de suas comemorações e transformações, a partir da contextualização da proximidade histórica entre 1880 e 1920, e o debate entre “passado recente que não passava e com o novo que já tardava” do qual os modernistas, nascidos entre o fim da década de 80 e início da década de 90, faziam parte. Este autor afirma que essas “contradições e permanências são tanto a base da história da Semana de 22 quanto são a matéria mesma da história do Brasil” e que por isso a Semana é o mais importante “fato” histórico do Brasil moderno, ganhando assim uma existência histórica, permitindo-a ser inventada e reinventada, sempre que na história do Brasil moderno se necessitou de um ponto para se guiar, ou se distanciar.

De acordo com Francisco Alembert (2012 p. 109)

A Semana de Arte Moderna é entendida, quase consensualmente, como uma performance em forma de ato de guerrilha aristocrática de jovens burgueses antiburgueses, dando-se a isso ora sentido positivo, ora negativo.

A Semana de Arte Moderna é “uma guerra de interpretações, que renascia, especialmente em seus aniversários decenais, sendo tanto admirada quanto criticada”. Os seus participantes escreveram a história do evento elegendo os pontos a se privilegiar que, com o tempo, se tornaram os pontos a serem afirmados ou negados. A partir disso, a Semana se tornou uma efeméride oficial, sendo “recontada e reinventada conforme os interesses e necessidades de cada época em que o Brasil teve que (re)pensar sua modernidade.” (Alembert, 2012).

Com outro enfoque, Coelho (2021) também contempla a construção de uma história sobre a Semana, e de que forma uma “narrativa épica” foi construída ao redor do tema do Modernismo.

De acordo com Fred Coelho (2021, p.28),

A partir da Semana, a recepção nas décadas que se seguiram a 1922 fizeram do movimento uma história de nascimento, ascensão, queda e retorno permanente de um herói. Além disso, é inegável a força de paradigma que o evento de 1922 produziu no imaginário nacional, funcionando como modelo de organização estética coletiva com vistas à demarcação discursiva ao redor da ruptura.

Coelho (2021) assume que a Semana de Arte Moderna faz parte do nosso imaginário nacional justamente pelo “excessivo caráter histórico de fundação, origem começo, início, e por sua inexorável qualidade de progressão - a ruptura que instaura o novo rumo aos avanços permanentes das artes brasileiras” (ibid., 2021, p. 31). O evento acaba por definir um antes e um depois, demarcando tanto o que é influenciado e o que é uma tentativa de distanciamento dos moldes que foram colocados por esse momento. Relaciona-se ao objetivo da pesquisa que é tentar compreender, como se deu esse caráter de fundação. A Semana é vista a partir de um mito fundador, que demarca um espaço-tempo de algo antes e além.

A Semana só se torna um mito de origem muitos anos depois de seu acontecimento, sendo minimizada em relação ao Modernismo, que contava com nomes que de algum modo buscavam “aprisionar a iniciativa a um espaço de classe e de tradição que seus promotores iconoclastas queriam superar.” (ibid., 2021, p. 37). No meio literário brasileiro, as gerações que se seguiram, na década de 30 e 40, passaram a situar o Modernismo como história e para escritores e artistas de outras regiões do país, era o momento de não aceitar o papel de seguidores do grupo paulista. A exemplo disso, Coelho (2021, p. 41) relata

A partir de 1942, ela aparece como assunto para algum tipo de reflexão – e mesmo assim, em boa parte negativa, a ponto de produzirem uma enquete no jornal literário Dom Casmurro com a pergunta “O Modernismo morreu?”; proposta, aliás, confirmada pela maioria dos entrevistados.

Em 1972, a Semana se estabelece como um evento histórico de caráter nacional, incorporado às datas oficiais brasileiras. “Seu cinquentenário é tratado pelo governo de Médici

como um grande marco comemorativo, com publicações alentadoras e exposições nacionais e internacionais.” (ibid., 2021, p. 42). Essa afirmação, juntamente com o que havia sido mostrado até então, nos apresenta que, até o dado momento, a Semana havia se restringido ao meio intelectual, sendo questionada, e até servindo como um exemplo negativo, a título de descentralizar a cultura dos grandes centros. Porém, no ano de 1972, o evento sai do meio literário e passa a englobar a esfera social, sendo estabelecida como um evento nacional, como marco histórico que engloba todo o movimento modernista brasileiro, ligado diretamente às comemorações oficiais, como os 150 anos de Independência.

A construção da Semana como mito de origem também é abordado por Boaventura (2013, p. 27) que afirma que

Uma mitologia heroica desenhou-se ao longo do tempo, a serviço daquele projeto, com a colaboração da Universidade e sobretudo da grande imprensa. O resultado, às vezes, seguiu a reboque dos seus criadores e, a cada dez anos, a partir de 1942, marcou-se o evento com atividades e matérias em revistas e jornais. Chamo atenção para dois momentos: o silêncio de 1932 e o ufanismo de 1972, por coincidência, duas situações complicadas na vida política do país e do Estado.

Com outro enfoque, Cardoso (2022) ao examinar a historiografia da Semana surgida ao fim do Estado Novo nos ajuda a compreender como e porque o mito da Semana como evento fundador de todo um movimento cultural passou a ser aceito como uma verdade indiscutível, isso é o que nutre a “alma” com uma carga “patriótica” o suficiente ao evento, de modo que posteriormente, ele se torne válido o bastante para ser rememorado junto a comemorações do sesquicentenário da Independência. Um ponto levantado pelo autor é a tese de que “o movimento modernista pôs em andamento a famigerada descoberta do Brasil profundo - constantemente reafirmada nos dados encontrados nesta pesquisa - a respeito dessa afirmação, aborda o papel do historiador americano Robert C. Smith. No catálogo de uma exposição de Cândido Portinari nos Estados Unidos, Smith (1940 apud CARDOSO, 2022) sustenta que

A dívida que a cultura brasileira moderna tem com o folclore, as danças, a música e a arte ritual do negro foi constatada pelos intelectuais de São Paulo naquela Semana de Arte Moderna de 1922 que foi o primeiro reconhecimento público da arte indígena e regional no Brasil.

O texto apresentado neste catálogo é um dos primeiros a afirmar a relação entre a Semana de 22 e a suposta redescoberta da negritude. Relação essa que segundo Cardoso (2022) é fantasiosa, visto que “não há praticamente manifestações ou representações de afro-brasilidade nas obras que participaram da Semana” (ibid. p. 19). Aborda a crítica de que o historiador norte-americano “misturou todos os matizes étnicos, regionais e culturais no mesmo balaio, decretou a existência de um negro genérico e creditou sua descoberta à burguesia de São Paulo” (Cardoso 2022 p. 22). A concepção homogênea de racialidade, que engloba o índio, o negro, ou resumidamente o “não branco” em um único grupo demarca a existência de um Outro -que necessita ser descoberto e catalogado como tal- é aplicada à Semana de Arte Moderna de modo positivo na época e é a partir dessa base de pensamento que se constrói o discurso da Semana de Arte Moderna como por exemplo, uma “redescoberta do Brasil”.

2.2 - Identidade e memória.

Essa pesquisa busca situar os seus resultados a partir da concepção de que a identidade se constitui como uma forma de narrativa. Intenciona-se demonstrar como a Semana de 22 - já encarada como mito fundacional e por isso já carregada de um fardo que a delimita no espaço-tempo com um antes e um depois - por meio da mídia escrita, se consolida para além do meio intelectual e passa a fazer parte da construção de uma narrativa que serve a um propósito específico dentro do contexto da Ditadura Militar.

As culturas nacionais são compostas por símbolos e representações. A *cultura nacional* “é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006, p. 50), esses discursos constroem as identidades ao produzir sentidos sobre “a nação” com os quais podemos nos identificar, e se encontram nas histórias que são contadas sobre a nação, ou memórias que conectam o presente com o passado.

Para Hall (2006, p. 47), “no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural”, o autor considera o argumento de que as identidades nacionais não são intrínsecas ao indivíduo, mas que são “formadas e transformadas no interior da representação”. Em relação à nação, o autor afirma que ela não se limita a uma entidade política, mas a algo que produz um sentido, “um sistema de representação cultural” (HALL, 2006, p. 49).

Em sua obra, Stuart Hall (2006) aborda alguns elementos que podem nos ajudar a compreender como é contada uma narrativa da cultura nacional, e é a partir deles que se contextualizam os resultados encontrados nesta pesquisa, esses elementos são: a “narrativa da nação”, que fornecem símbolos ou representações das experiências que são compartilhadas entre os membros do que Benedict Anderson (1983) chamou de “comunidade imaginada”, essas narrativas dão significado à existência individual, justamente por conectá-las a um destino nacional partilhado que já existia antes de nós e vai continuar existindo depois que morrermos; a “ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade”, que significa a existência de uma identidade nacional que é inerente à concepção da nação, e que apesar de todas as intempéries que a história impõe, essa essência permanece imutável à nação; o terceiro elemento é a “invenção da tradição”, que é o conjunto de práticas que buscam insuflar valores e normas de comportamento através da repetição, implicando na continuidade com um passado histórico adequado; a narrativa da cultura nacional também se utiliza da ideia de “mito fundacional”, que se baseia em uma estória que localiza a origem da nação, em um passado que escapa da linha do tempo “real” e passa a habitar em um tempo “mítico; o último elemento apresentado por Hall é a ideia de um “povo original”, mesmo que, na realidade do desenvolvimento nacional, raramente seja esse povo que exercita o poder, sendo geralmente periférico. (ibid. p. 50-55).

A respeito do conceito de identidade, é necessário salientar, que partimos do pressuposto que, para falar de uma identidade, é necessário distingui-la em relação a uma outra identidade, e é nessa lógica da diferença que se afirma e identifica o conteúdo como pertencente a uma identidade. Assim, temos dois elementos necessários para se afirmar uma identidade, são eles: 1) a necessidade de um contexto ao qual essa identidade possa se opor, e um limite entre esse contexto, e 2) o contexto ao qual se pretende “identificar”, e é a prática discursiva que define esses elementos que distinguem uma identidade em relação a outra. Parto também do pressuposto de que a identidade de um indivíduo varia de acordo com o contexto, e, por ser definido por práticas discursivas, está em constante transformação, e influencia e é influenciado pelo poder político de cada contexto.

Pensar a construção da memória só se torna possível quando é relacionada diretamente ao tema da identidade. Geralmente se pensa em memória como um atributo individual, porém,

diversos autores acreditam que existe uma memória coletiva ou social. Essa também é a visão proposta neste trabalho, que é baseada no trabalho do antropólogo Paul Connerton (1989).

Ao se tratar do conceito de *memória*, é importante compreender que nós experienciamos o nosso presente, em um contexto que é inevitavelmente conectado com eventos e objetos do passado, eventos e objetos esses que não fazem parte da nossa experiência, por estarmos justamente experienciando o presente. O presente influencia nossa visão sobre o passado, assim como o passado influencia a nossa experiência do presente, e esse processo acontece a todo momento e em cada detalhe da nossa vida. A respeito da *memória social*, é possível notar que as imagens do passado, regularmente legitimam uma ordem social presente, ou seja, nossas experiências do presente dependem fortemente do nosso conhecimento do passado, e que as imagens do passado geralmente servem de modo a legitimar uma ordem social presente.

É no presente que a construção do passado é disputada como um recurso que serve para a construção de um futuro que esteja de acordo com as aspirações do presente. O processo de configuração de identidades é fruto da disputa pela construção do passado e se dá por meio do discurso.

A pesquisa também parte da consideração das cerimônias comemorativas como um dos fatores que constituem uma memória social, pois elas nos levam a reconhecer que as imagens do passado e a rememoração de conhecimentos do passado, são transmitidos e sustentados por performances. Paul Connerton (1989 p. 4, tradução nossa) afirma que,

Se existe algo como uma memória social, devo argumentar, que possivelmente as encontraremos nas cerimônias comemorativas; mas as cerimônias comemorativas se provam comemorativas somente na medida que são *performáticas*; *performatividade* não pode ser pensada sem o conceito de hábito; e o hábito não pode ser pensado sem uma noção de automatismos corporais.

Existe uma variedade de cerimônias que partilham de características semelhantes, que é ter como sua principal característica a pretensão explícita de comemorar tal continuidade. O que as define é exatamente a alteridade, é a própria concepção de se estar escolhendo olhar para um lado e não para o outro.

Connerton (1989) argumenta sobre a linha de pensamento que ele denomina de “posição histórica”, que consiste na visão que as comemorações não podem ser compreendidas a partir de suas estruturas internas por si só. Ou seja, não se cria um evento comemorativo do zero. Todo ritual de comemoração teve que ser inventado em algum ponto da história. E enquanto fazem

parte da história, estão suscetíveis a uma mudança no seu significado, esse pensamento leva a uma tentativa de redescobrir os significados de cerimônias comemorativas ao estabelecê-las em seu contexto histórico. Muitos historiadores mostram que, quando as instituições sociais, estabelecidas em velhas tradições começam a se desestabilizar sob o impacto das mudanças sociais, uma invenção de novos ritos é dispersada na sociedade.

3. O JORNAL COMO PRODUTOR DE SENTIDO E O JORNAL DO BRASIL.

Neste capítulo, tratarei das concepções do uso do jornal, mais especificamente, o uso do seu potencial como produtor de sentido e da sua articulação com o mundo político, e da mídia impressa como fonte de pesquisa; também é apresentada uma contextualização específica a respeito do Jornal do Brasil e a sua relação com o período da ditadura.

Abordarei primeiro o potencial do jornal como produtor de sentido e como se articula com o mundo político, dando ênfase a sua relação com o período do regime militar. A fonte é analisada a partir da ideia do jornal como um órgão de opinião pública que pode ser usado como ferramenta do Estado para buscar um consenso no que diz respeito aos valores almejados pelo mesmo, com o objetivo de desenvolver uma opinião que o favoreça dentro do consciente coletivo da sociedade civil, reproduzindo uma ordem social que tem como base a dominação de uma classe sobre outra, no exercício de legitimar a hegemonia de quem ocupa o espaço de poder na esfera política.

A pesquisa documental feita nos jornais é um dos modos que podemos compreender essas práticas discursivas de articulação política na construção de suas hegemonias, sendo a questão das *identidades nacionais*, um pilar fundamental para essa construção. É importante lembrar, que apesar de considerar “o jornal” como ferramenta, não é o Estado que simplesmente domina o espaço na mídia, mas sim que os detentores dessas mídias, muitas vezes são os mesmos que fazem parte da classe social dominante, e que podem estar de acordo e até se beneficiar dessa relação entre o poder político e o suporte midiático. As mídias são suportes organizacionais que se apropriam dos fenômenos sociais da informação e comunicação para integrá-las em suas diversas lógicas - econômica, tecnológica e simbólica. Na lógica simbólica é onde o mundo político se articula com a mídia, pois precisa dela para sua “visibilidade social”,

utilizando-a para gerir o espaço público. É na questão da lógica simbólica que se produz sentido por meio da criação e manipulação de signos, pois é nela que os indivíduos regulam as trocas sociais e constroem as representações de valores que ficam implícitos em suas práticas (CHARAUDEAU, 2006).

Partindo da compreensão de que a manutenção da hegemonia depende, em parte, da construção de um consenso acerca de ideais comuns, é necessária uma camada social que suporte esse consenso, e para além disso, um modo do discurso chegar a essa camada, e nos jornais, se encontra o meio perfeito para esses discursos serem dispersados.

No processo de transmissão de informações, a imprensa impõe ao leitor seus critérios de seleção e hierarquização de informações por meio de narrativas que visam dar sentido a uma história, acabando por institucionalizar o que deve ser dito e a crença do porque algo deve ser dito. O papel de detentor da informação de quem escreve a reportagem implica ao leitor que se confie naquela informação, impõe-se assim o papel de “perito” a quem transmite essa informação, na medida em que se confia no veículo que transmite essa informação, naturalizam-se os critérios utilizados por esse veículo de seleção de hierarquização das informações.

Desta forma, o discurso jornalístico reorganiza a história, contribuindo para uma representação e uma reprodução de consensos ou discordância com o que se pretende abordar. (MIGUEL, 1999; VASCONCELOS, 2019) Por contar com tais características, o discurso jornalístico na mídia impressa se torna apto a desenvolver um papel chave no processo de construção de sentidos, em especial, um sentido de “nação” ao se tratar do período do regime militar instaurado no país em 1964.

Os discursos que visam produzir sentidos sobre “a nação” têm um papel importante na manutenção da hegemonia, pois é ele que vai ajudar na construção das identidades culturais de uma determinada camada social que estará de acordo com os valores propostos pelo poder que tem interesse em manter a sua hegemonia.

A questão que se levanta ao relacionar-se ao período da ditadura é que camada social seria essa? Para Vasconcelos (2019), que analisa o discurso da grande imprensa brasileira, mais especificamente a mídia impressa, a partir do conceito de hegemonia no período de 1964-1968 na ditadura brasileira, as camadas sociais que serviriam a este papel, foram as camadas médias e alta da sociedade da época, e contempla a ideia, no que diz respeito às classes médias, que essas,

por estarem atreladas às classes dominantes, disseminam ideias que são oriundas dos detentores do poder, ou seja, a sua noção de valores já se encontra originalmente atrelada a uma reprodução da ordem social já imposta.

Levantada as questões acerca de como o jornal pode atuar, a partir das lógicas que implicam a sua existência, como uma ferramenta para legitimação de valores políticos, contextualiza-se agora, especificamente o que se tem por conhecimento sobre o Jornal do Brasil de modo geral, assim como a sua história no período do regime militar.

O Jornal do Brasil (JB) surge no ano de 1891, no Rio de Janeiro, em um contexto de transição política e de estabelecimento de uma nova forma de governo no país, com a proclamação da República. Originalmente com caráter monarquista precisou adequar-se ao regime político nacional para manter-se como veículo de comunicação e garantir a sua circulação no território. Inicia o século XX com o melhor equipamento gráfico do país, e com tiragem de 60 mil exemplares (SPANNENBERG e BELAFONTE, 2016).

De acordo com Ferreira e Souza (2015), o JB foi um dos periódicos mais importantes do país, no fim dos anos 80. Vendia mais de 180 mil exemplares por dia durante a semana, e 250 mil aos domingos e afirma que é consenso entre os jornalistas que trabalharam para o JB e também por outros que o acompanharam ao longo dos anos que o Jornal do Brasil modificou a história da mídia impressa. Passou por reformas gráficas em sua história que “serviram para nortear a imprensa dentro e fora do Brasil”. O jornalista Orivaldo Perin que entrou no JB como estagiário afirma que nas décadas de 1960 e 1970 era modelo a ser seguido e que sua importância estava mais no conteúdo do que na sua tiragem e que tudo que se publicava, repercutia.

Em relação ao período do regime militar, Spannenberg e Belafonte (2016) relatam que o JB sofreu represálias, censuras, perseguições e prisões de colaboradores, assim como diversos outros periódicos do país, mas é importante compreender que essa censura ocorreu mais sobre a atuação dos profissionais jornalistas do que pela linha editorial da grande imprensa. Ou seja, a opinião dos trabalhadores do jornal não necessariamente condizia com a opinião dos grupos que detinham os jornais como empresa, esses grupos sim estavam em sua maioria, em sintonia com a visão de mundo das classes dirigentes, apoiando o golpe militar, findando por “colaborar com a legitimação do regime” (VASCONCELOS, 2019, p. 372).

Em 1972, o editorial do Jornal do Brasil era composto pelos nomes da diretora-presidente Condessa Pereira Carneiro, dos diretores José Sotto Câmara e Manuel Francisco Nascimento

Brito, do diretor substituto Bernard Campos e do editor-chefe Alberto Dines. Guarnieri (2021) comenta a partir de relatos de Alberto Dines, editor-chefe do Jornal do Brasil, que além de participar do golpe, o JB nunca rompeu com a ditadura militar, e constantemente se relacionava nos assuntos políticos ao tentar influenciar o governo, reforçando a concepção de que, ao menos no começo do período da ditadura, é possível afirmar que a direção do Jornal do Brasil estava de acordo com o novo governo, podendo assim usufruir da relação entre mídia e governo e de todas as lógicas que a sustentam.

4. A SEMANA DE ARTE MODERNA COMO DISCURSO NO JORNAL DO BRASIL

Apresento aqui a análise dos dados encontrados, a partir dos pressupostos teóricos apresentados anteriormente.

4.1 Apresentação dos Dados e Análise

O levantamento realizado na Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) com o termo “Semana de Arte Moderna” (SAM), abrangendo todos os periódicos disponíveis permitiu perceber que, entre as décadas de 1920 e 1970, o termo “Semana de Arte Moderna”, sofre um aumento no número de ocorrências ao longo dos anos, tendo o seu ápice na década de 1970 e uma queda no número de ocorrências nas décadas que se seguiram; no momento de maior ocorrência do termo, o Jornal do Brasil (RJ) se destaca frente aos outros jornais com o maior número de resultados. Por esse motivo a pesquisa teve como foco as publicações deste periódico.

As tabelas apresentadas a seguir, nos mostram o número de ocorrências do termo “Semana de Arte Moderna” nos periódicos presentes nas pesquisas realizadas na HDB. A Tabela 1 trata dos resultados em uma pesquisa que abrange todos os periódicos presentes na plataforma, e a Tabela 2 trata dos resultados específicos a uma pesquisa que se limita ao Jornal do Brasil.

Tabela 1 - Dados gerais sobre a pesquisa do termo na HDB

Década	Número de ocorrências do termo “Semana de Arte Moderna”
1920-1929	123
1930-1939	109
1940-1949	518
1950-1959	1120
1960-1969	1445
1970-1979	2812
1980-1989	1345
1990-1999	886
2000-2009	638

Tabela 2 - Dados no Jornal do Brasil sobre a pesquisa do termo na HDB

Década	Número de ocorrências do termo “Semana de Arte Moderna”
1920-1929	1
1930-1939	2
1940-1949	11
1950-1959	46
1960-1969	163
1970-1979	490 (130 só no ano de 1972)
1980-1989	346

1990-1999	290
2000-2009	197

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2022)

É possível observar que existe um aumento no número de resultados encontrados, tanto na pesquisa que abrange todos os periódicos, quanto na pesquisa específica ao *Jornal do Brasil*, culminando no seu ápice na década de 1970. É possível observar também um decréscimo nas décadas seguintes.

4.1.1. 1920-1962

Dentro dessas ocorrências temos a primeira em 1928, na coluna “Chronica Literária”, que trata de apresentar poetas novos ao leitor e, ao tratar do poeta Brasil Pinheiro Machado, classifica-o como pertencente a “geração que bebeu, mamou, foi criado pelos sensatos e equilibrados brasileiros que fizeram a *Klaxon*, a *Semana de Arte Moderna*.”. Apesar de o conteúdo da publicação dizer muito pouco, ou quase nada, para o nosso objetivo, a escassez de publicações a respeito do evento, não só no *Jornal do Brasil*, mas em todos os periódicos que compõem uma pesquisa à Hemeroteca Digital Brasileira, no período de 1920-1929, década em que ocorreu a *Semana*, com apenas 123 ocorrências com o termo pesquisado, nos mostra que na década em que ocorreu, o evento não teve na mídia impressa do período a fama que hoje conhecemos.

Na década de 1930 foram encontradas duas citações no jornal a respeito do termo “Semana de Arte Moderna”, nos anos de 1935, e 1938, nenhuma a respeito da comemoração de 10 anos do evento. Em um artigo que fala sobre a Nova Poesia Argentina, Mucio Leão, fala sobre o papel renovador da Semana de Arte Moderna. “O que sei é que o Brasil viu, por um momento, essa coisa, que é rara, extraordinária e magnífica: uma agitação fecunda e larga em torno das coisas da literatura e da criação poética.”.

De acordo com Alembert (2012) a Semana ainda era um “fato vivo” em seus dez primeiros anos de existência, o que explicaria a falta de uma comemoração. Não podia ser realmente comemorada porque seus fundamentos ainda estavam em andamento. Vale ressaltar também que na década de 1930 o *Jornal do Brasil* passava por dificuldades econômicas, dedicando-se em anúncios, tendo suas páginas ocupadas por classificados. (FERREIRA e SOUSA, 2015, p. 150)

Na década de 1940, temos um salto no número de publicações, nos periódicos em geral, e também especificamente no Jornal do Brasil. Encontramos, em uma edição do JB, de 1942, a primeira citação a uma comemoração a respeito da Semana de Arte Moderna, que foi realizada na Fundação Graça Aranha (um dos principais nomes do evento), chamando-a de “acontecimento magno da história do espírito do Brasil”. Sobre o período, podemos citar Francisco Alembert (2012, p.112) que afirma,

Entre a primeira década do evento, em 1932, e a segunda, em 1942, a primeira mudança na história da história da Semana de Arte Moderna se processou. Se em 1932 a Semana parecia jovem demais para ser celebrada, em 1942 ela já parecia pronta para ser enterrada. As questões fundamentais desse momento crítico eram: a) saber quem era o defunto; b) saber quem eram seus herdeiros; c) saber o que fazer com o legado de algo tão novo e já tão envelhecido

Na década de 1950 percebemos nas publicações do Jornal do Brasil, a Academia Brasileira de Letras, muitas vezes criticada e até desdenhada pelos principais nomes presentes na Semana, em uma tentativa de realizar comemorações acerca do aniversário de 30 anos da Semana de Arte Moderna.

Na década de 1960 percebe-se o aumento de dezenas de ocorrências, para centenas delas no JB que compõem a pesquisa na Hemeroteca Digital.

A primeira matéria a respeito da comemoração do 40º aniversário da Semana de Arte Moderna é a respeito do evento proposto pelo Departamento da Guanabara do Instituto de Arquitetos do Brasil, e contou com a presença de todos os membros da Semana de Arte Moderna, se referindo à Semana como “movimento que foi, em 1922, o marco inicial do desenvolvimento artístico brasileiro”.

No dia 20 de fevereiro, de 1962 no Rio de Janeiro, temos nas páginas do editorial do JB, o artigo intitulado “A Semana” exaltando os 40 anos da SAM, como “uma data da maior significação cultural para o Brasil”; também citando que foi cumprido o seu “fecundo destino que foi o de dar ao País, uma plena consciência de liberdade no exercício da criação artística. C. Pereira Carneiro e o Diretor M. F. do Nascimento Brito assinavam as páginas o editorial no período.

De acordo com artigo no Jornal do Brasil, dia 1º de março de 62 a Semana de Arte Moderna também foi abordada no “III Congresso de Crítica e História Literária”, que foi

realizado na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e reuniu críticos e historiadores da literatura brasileira. Além de ter sido realizado um curso na Academia Brasileira de Letras, em São Paulo, acerca do Modernismo. No dia 5 de junho, um artigo a respeito da inauguração da exposição do pintor Di Cavalcanti (um dos grandes nomes da SAM) relata a fala do escritor Luís Martins, que escreve: “A mentalidade popular, em torno do pintor que há trinta anos, por ocasião da Semana de Arte Moderna, enfrentava a incompreensão de um público hostil, mudou muito. Hoje, a sua arte é aceita, comentada e admirada em todas as camadas da sociedade...”

Percebe-se no conteúdo encontrado no ano de 1962, que apesar de serem encontradas comemorações a respeito do evento, estas se restringem ao seu legado de um ponto de vista que limita-o a uma esfera "artística" e não necessariamente se pretendia agregar ao evento, um valor inerente ao “ser brasileiro”.

4.1.2 1972

É necessário apresentar o contexto em que se encontrava o país no período em que esses artigos foram publicados, o período da Ditadura Militar. Trataremos especificamente o período do Governo Médici, que vai de 1969-1974, por ser o período em que se encontram os dados apresentados.

De acordo com Napolitano (1998) que analisa o período do regime militar brasileiro, é possível afirmar que o Governo Médici é marcado pela intensa repressão por parte do Estado, resultado do AI-5, assinado em dezembro de 1968, que garantia maior poder dentro do aparelho militar possibilitando a um maior aprofundamento no controle e a repressão a opositores do Governo Militar, regulamentação da censura prévia por parte do governo sobre os meios de comunicação e produtos culturais e interferências por parte do Governo Militar no que diz respeito aos direitos políticos do cidadão, sendo o período conhecido como “anos de chumbo”.

Para Gaspari (2002) os “Anos de Chumbo” correspondeu ao “período mais duro da mais duradoura das ditaduras nacionais”, tendo a tortura como “matéria de ensino e prática rotineira dentro da máquina militar de repressão política”.

Em relação à repressão aos opositores do Governo é importante que salientar, que até o ano de 1972, as forças de repressão já haviam derrotado os principais movimentos revolucionários de luta armada, com a morte de seus principais líderes e ainda mantinham firme os diversos aparelhos do Estado que permitia um constante estado de vigilância contra a ascensão de qualquer tentativa de uma oposição da sociedade organizada que fosse contrária às

políticas vigentes, como os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) e a *comunidade de informações*, que era um conjunto dos órgãos de repressão política que formavam um poder paralelo, não oficial cujas ações violentas não causariam uma reação negativa a imagem do governo, mas que eram coordenadas indiretamente por ele. As ações violentas dos órgãos de repressão do governo foi justificada como “resposta adequada e necessária à ameaça terrorista”, que se baseava na lógica que parte da ideia do “país acima de tudo, portanto, tudo vale contra aqueles que o ameaçam”. (GASPARI, 2002, p. 15)

No tópico da censura e autoritarismo presente no período da Ditadura, vale salientar a censura sistemática que sofreu a imprensa escrita, que de acordo com Napolitano (1998), nem sempre foi efetivada por agentes do governo, sendo na maioria das vezes, feita pelos próprios editores dos jornais, que eram homens de confiança dos donos das empresas jornalísticas, estes donos muitas vezes mantinham relações pessoais com os membros do governo, que instruíam esses homens de confiança sobre os temas que poderiam ou não ser publicados nos jornais.

No tópico da economia do período é importante levantar o conceito de “milagre econômico”, chamado assim pelos capitalistas internacionais para se referir a uma das maiores taxas médias de crescimento econômico na história do capitalismo, que proporcionou à classe média um novo patamar no que diz respeito ao seu potencial de consumo.

Gaspari (2002) afirma que no país vivia-se na época, um ciclo de crescimento econômico e modernização inéditos na história do país, com o crescimento do Produto Interno Bruto, a expansão do setor industrial, com o Brasil atingindo a posição de décima maior economia mundial. Para Cordeiro (2012) o período identificado como “o período de maior repressão e violência dentro do regime militar”, é também o momento em que o regime atingiu a sua maior popularidade e em que o país foi tomado por uma “vasta onda ufanista”.

Fico (1997) ao abordar o conceito de *otimismo* no período da ditadura, aborda a relação do “milagre” a um coincidente “espírito modernizante” que animava há algum tempo esses setores da classe média e da elite brasileira, que pode ser compreendido na possibilidade de novos bens de consumos que não eram generalizados até então no país, e a grandiosas projeções pessoais pelos indivíduos desses setores no que diz respeito à construção civil; é importante destacar a relação desse novo poder aquisitivo a uma atitude otimista em relação ao período em que se está vivendo.

Se por um lado o “milagre” proporcionou à classe média a possibilidade de melhorar seu poder aquisitivo e a modernização proporcionou à elite novas possibilidades de consumo dentro do seu já enorme poder de compra, do outro, o modelo econômico do regime militar consolidou o processo histórico da concentração de renda, acelerando a diferença entre os mais ricos e os mais pobres, a modernização econômica trouxe riquezas, porém, estas ficaram concentradas na classe mais alta da sociedade e apesar do Brasil nesse momento ter alcançado “a condição de décima potência capitalista do planeta”, passou também a ocupar os últimos lugares entre os rankings de indicadores de qualidade de vida da população.

Nesse contexto encontra-se, de um lado, as camadas sociais mais baixas sendo negligenciadas pelo auxílio governamental, que ao demonstrar descontentamento como indivíduo ou grupo poderiam ser criminalizadas e violentadas pelas forças de repressão estatal, e do outro lado, uma classe média emergente satisfeita com o seu novo potencial de realizar seus projetos pessoais de consumo, “acabou por criar um conjunto de relações sociais igualmente autoritárias” que eram tanto um reflexo, como formou dentro da sociedade civil, grupos que estavam de acordo com os métodos de governo extremamente violentos praticados nesse período. (NAPOLITANO, 1998, p. 43)

Sobre o “Milagre brasileiro” é importante analisá-lo para além dos ganhos materiais, também compreendendo o seu papel na sintetização de uma expectativa social a respeito do seu futuro, e dos valores patrióticos e nacionalistas, a união entre a coerção e o consentimento que caracterizou o período do “Milagre” foi o fator fundamental para a “chegada do futuro” a qual discursava o Presidente Médici. (CORDEIRO, 2012 p. 92)

Outro conceito importante de ser levado em consideração em relação ao contexto social do período, é a ideia do “consenso social” durante o Governo Médici, que foi um período de grande popularidade do governo militar. Cordeiro (2012) ao ter como referência as comemorações dos 150 anos de Independência do Brasil, nos permite compreender que, apesar da violência que, de um lado deu o nome de “anos de chumbo” ao período, segmentos expressivos da sociedade sentiam que estavam vivendo nos “anos de ouro”.

De acordo com Cordeiro (2012 p.95), o ano de 1972 foi um ano de “intensas comemorações, de festas cívicas, de recuperação do passado glorioso da nação e de celebração da chegada do futuro” e que para uma grande parte da sociedade essas comemorações e esses

valores faziam sentido, sendo um momento fundamental para a compreensão do diálogo que a ditadura conseguiu estabelecer com a sociedade.

Gaspari (2002, p. 12) diz

“O Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiram negando-se. Passados mais de trinta anos, continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro.

A partir dessa contextualização, é possível passar a uma apresentação das fontes aqui analisadas. As fontes encontradas foram divididas e apresentadas em opiniões/referências.

Eventos comemorativos e Produção temática.

Se na década de 1960, apesar do aumento no total de ocorrências do termo no periódico, foram encontradas apenas 4 momentos de homenagem, no ano de 1972, foram encontrados ao menos 27 eventos comemorativos que abordaram às comemorações aos 50 anos da Semana de Arte Moderna, além de 16 produções culturais, entre livros, revistas, novelas, peças de teatro e filmes, produzidos que abordaram a temática da Semana de Arte Moderna ou foram relacionados a ela e diversos artigos que tem a Semana de Arte Moderna como tema ou que de algum modo relacionam com o contexto da época, ou simplesmente a relacionam a outro tema abordado.

4.1.2.1 Opiniões/referências

Os artigos que apresentam alguma opinião, ou referenciam a Semana de alguma forma a algum outra temática, são apresentados aqui, separados pela seção em que se encontram dentro do jornal.

Coisas da Política

O primeiro, ocorreu na edição do dia 2 e 3 de janeiro de 1972, na seção Coisas da Política, e tem como título Ano da Independência. Ao tratar dos 150 anos da Independência do Brasil e às comemorações para o evento, diz que

“As comemorações, porém, não podem limitar-se - e por certo não se limitarão - a uma série de atos oficiais, ainda que oportunos e necessários. O que se impõe, acima de tudo, como se sabe a comissão encarregada dos festejos da Independência, é a efetiva mobilização nacional, em termos os mais amplos e populares possíveis...”

Já encarregando ao leitor, o papel de estar efetivamente mobilizado para tornar as comemorações a respeito da Independência, um evento a altura que esse acontecimento merece; o artigo continua, com um breve resgate às comemorações do Centenário da Independência em 1922, quando “conseguiu-se, como se sabe, um teor de participação nacional que deixou para sempre boa memória.”, ao tratar do ano de 1922, afirma que foi

“um ano rico de fatos e acontecimentos em todos os planos, inclusive no plano político, com o movimento de 5 de Julho que está historicamente na raiz da modernização revolucionária que motivou o povo para a arrancada de 1930.”

“No plano cultural, com a Semana de Arte Moderna em São Paulo, dava-se início a um dos mais fecundos movimentos de nossa vida como nação civilizada.”, após a relação, retorna ao momento presente, e insiste na retórica que implica na existência de um sujeito coletivo que une leitor e enunciador como um só, ao mesmo tempo que permite o enunciador manter a posição de detentor da verdade informativa. “...aumentam as nossas responsabilidades por ocasião da passagem do Sesquicentenário, quando o país se encontra numa fase em que, felizmente, redobramos as razões de confiança no destino de grandeza a que estamos fadados”; termina o artigo com o seguinte parágrafo “1972 deverá ser, por isso mesmo, um ano não apenas de comemorações festivas e passageiras, mas, também, e sobretudo, uma oportunidade para refletirmos sobre as raízes de uma cultura que temos de preservar para o futuro que já se delineia no presente que vivemos. Nenhum brasileiro, nenhuma instituição poderá estar ausentes, ..., E debruçando sobre o passado, voltando-nos para as inspirações da nossa formação, que encontraremos força para construir a grande nação estável, unida e livre em que já estamos empenhados”.

O segundo artigo, também na seção Coisas da política, tem o título Construção Política, na edição do jornal do dia 7 e 8 de maio de 1972, e aborda o tema dos 50 anos da Semana de Arte Moderna e o aspecto “predominantemente nacional” do modernismo, que tem sido lembrado nas suas manifestações; no segundo parágrafo afirma que “Todos os estudiosos do nosso Modernismo concordam em que a Semana, marco que precede e sucede a data-símbolo de 1922, significou sobretudo essa descida em profundidade às raízes autenticamente brasileiras.” e que “O Brasil tomava consciência de sua maioridade e, em todos os planos e setores de atividade, os brasileiros trataram de exprimir uma afirmação que, como era fatal, veio a constituir uma genuína redescoberta do Brasil”, percebe-se o contínuo uso do “Brasil” como um sujeito próprio, com valores que são inerentes a ele. Relaciona o movimento de 22, a uma “inquietação e um inconformismo que estavam impregnados em todo o organismo nacional”, afirmando também que “não foi por mero acaso que em 1922 se deu também o movimento tenentista, num surto revolucionário que, repetido em 24 e 26, deu origem à Coluna Prestes e à Revolução de 1930.” finalizando a sua contextualização da época do movimento da Semana de Arte Moderna dizendo que “A questão social deixava de ser um caso de polícia, mas a índole

brasileira repeliu sempre que se transformasse num pretexto válido para a subversão que não tem raízes em nossa formação histórica.”, ou seja, implica que faz parte de “ser brasileiro”, não ser subversivo. Passa então, a trazer o leitor, de maneira resumida, cronologicamente ao presente a partir de momentos chaves na história política do país, para o autor

“A democracia foi mais uma aspiração do que uma realidade. O reformismo do Ato Adicional não impediu a onda avassaladora de 1930, que, pretendendo estabelecer a verdade eleitoral e defender a pureza da representação popular, acabou por instaurar a ditadura paternalista e demagógica. A Constituinte de 1933 e a Constituição de 1934, impregnadas de idealismo abstrato, não tiveram consequências práticas e logo foram esquecidas e arquivadas, para abrir espaço à aventura autoritária e caudilhesca de 1937.”

Considero importante mostrar esse trecho, para contextualizar o que vem a seguir, onde o autor segue a aproximar o leitor ao momento presente, e passa a nos mostrar sua opinião sobre o momento em que se encontrava; o texto, que é introduzido com a temática das comemorações da Semana de Arte Moderna, tem nos seus três últimos parágrafos a seguinte conclusão:

“Restaurado o regime constitucional democrático em 1946, com a experiência inovadora dos Partidos nacionais, a crise das instituições prosseguiu, e em termos talvez ainda mais dramáticos. O Brasil cresceu, evoluiu e modernizou-se, a despeito de tudo, mas, com o inegável progresso material, veio o cortejo de vícios e erros que culminaram na iminência do caos a que chegamos em 1964.

A Revolução que então se impôs, pela lógica dos fatos, qualquer que fosse a sua inspiração, teria de ser, como foi, disciplinadora, racionalizadora, para fatalmente purgar a incompetência, a desordem, a demagogia, a corrupção - todo o saldo negativo com que, infelizmente, temos dado testemunho da nossa esterilidade no campo das instituições políticas estáveis, funcionais e realísticas.”; “É esse vazio, esse verdadeiro vácuo institucional, que gerou, motivou e vem justificando a permanência do movimento de 1964, fundado em largas camadas da opinião pública, na coesão e no patriotismo das Forças Armadas e contando com a cooperação da classe política e da classe empresarial. Com três Governos sucessivos, decididos a repudiar os erros do passado e a aproveitar as lições das crises recentes, o país reencontrou o caminho do trabalho e da ordem [...] politicamente, porém, vimos, em oito anos, reabrir-se um processo revolucionário que se pretendia tão curto quanto deve ser um tratamento cirúrgico, ou de choque. Nem o Presidente Castelo Branco, com a sua alta visão de estadista, nem o Presidente Costa e Silva, com o seu generoso impulso tão identificado com o que se pode chamar de humanismo brasileiro, conseguiram realizar o sonho de uma institucionalização que devolvesse o país a uma normalidade que é sinônimo de estabilidade. Em boa parte, fomos compelidos à brasileiríssima improvisação que enfrenta o precário dia-a-dia com soluções igualmente precárias e improvisadas, conjunturais.”;

“O encontro da sempre sonhada e sempre adiada plenitude democrática não depende, porém, como já o tem dito o próprio Presidente da República, da vontade e do esforço de um só homem. Há de ser a soma das vontades de a conjunção dos esforços gerais. E é aqui que se situa a responsabilidade de todos os brasileiros e, em particular, dos políticos.

Para que o país seja democrático e o povo seja livre na expressão da sua vontade soberana, impõe-se que haja ordem, o que quer dizer que o Governo seja capaz de garanti-la. Um Governo forte reclama uma base política sólida. E só a partir desse pressuposto será possível marchar para a criação do universo institucional que assegure ao Brasil de 1972 a grande e genuína construção política que ele reclama há tantas décadas - e que o Brasil é insofismavelmente capaz de criar e manter, como foi capaz de

tantas outras afirmações culturais que afirmam hoje a força e a originalidade de sua inconfundível personalidade nacional. É esta a missão que convoca os brasileiros, 50 anos depois da esplêndida renovação que partiu de 1922. É este o desafio que nos cumpre aceitar. Tão fecundo e pujante em tantos campos de sua atividade, o Brasil não pode conformar-se em ser estéril e instável do ponto-de-vista político, E é este o roteiro que nos aponta a Revolução no ano do Sesquicentenário de nossa soberania.”.

Percebe-se ao longo de todo o artigo, o constante uso do “Brasil” como um sujeito próprio, mas também constantemente ligado a “nós”, unindo leitor e autor, a uma figura maior, com suas próprias vontades, com a sua “força e originalidade” e que não pode se conformar com pouco, mas que depende desse “nós” para alcançar essa vontades, o leitor não pode ser apresentado meramente como um ouvinte-passivo, e é a promoção dele por meio desse recurso, que o coloca em um lugar de agente com poder de decisão dentro da estrutura política da sociedade, mesmo que dentro de uma sociedade autoritária, os valores de “ser brasileiro” estão entregues, basta cada um fazer o seu papel de “brasileiro” para atingirmos a tão sonhada plenitude que “O Brasil” sempre teve dentro de si; embora o artigo se inicie com a temática da Semana de Arte Moderna, ao longo do texto, a temática serve só como uma alavanca para adentrar a uma opinião acerca do papel de cada “brasileiro” a respeito do contexto vivido e dos valores que deveriam buscar para um futuro ideal para o país, não se encontra no artigo uma explicação sobre o movimento modernista além do “aspecto predominantemente nacional”, que logo se transforma em uma fundamentação para o governo militar instaurado através do golpe de 64.

Vasconcelos (2019) ao analisar os discursos da democracia da imprensa no período da ditadura, a qual ele classifica como “empresarial-militar”, aborda a concepção de um discurso presente no processo de comunicação entre a mídia e o seu público, que implica na “simulação de um sujeito coletivo”, significa que o locutor, no seu papel de detentor da informação, precisa convencer o leitor de que a informação enunciada é digna de ser absorvida, compreendida, validada e para isso, apresenta-se como um igual, como correspondente ao mesmo grupo do qual o leitor faz parte, construindo com o leitor uma identificação mútua. Esse processo ocorre pela simulação da “ausência do locutor” e da “identificação com a figura de um locutor genérico, que interpreta os fatos na sua “verdadeira dimensão histórica”, ao mesmo tempo que o coloca em posição igual ao do leitor.

Nos trechos apresentados, ficam claros os elementos que Hall apresenta de como são contadas as narrativas da cultura nacional. A Semana de Arte Moderna não se enquadra necessariamente dentro desses elementos, mas é utilizada para embasar esses elementos, ao

atribuir valores que são inerentes ao “brasileiro”, que podem buscar nesse passado, esses valores que contribuem para cada indivíduo fazer o seu papel para com “a nação”.

É possível perceber a ênfase na intemporalidade, onde a identidade nacional não existe em um momento específico, mas que está contida dentro de cada brasileiro, desde sua origem, até o dado momento, bastante o esforço individual para acessar essa identidade, que tanto tem a acrescentar.

Na seção Coisas da Política, encontra-se na edição dos dias 27 e 28 de fevereiro, o artigo de Barbosa Lima Sobrinho, que tem o título Independência cultural, que ao abordar o aniversário de cento e cinquenta anos de independência política, questiona a dependência econômica, e “que se proclamem agora apenas cinquenta anos de nossa independência cultural”, e exalta o papel dos escritores românticos, como Machado de Assis e José de Alencar, sobre a Semana, diz “Nesse quadro geral, a Semana de Arte Moderna pode ser, como o próprio Afranio Coutinho admite, o “último movimento de integração nacional”, mas não o primeiro e muito menos o decisivo”, mas “Nem por isso a Semana de Arte Moderna deixa de ser um movimento importante, a integrar-se no conjunto de movimentos que instauraram no Brasil a querela eterna entre Antigos e Modernos.” e finaliza dizendo “Seria uma vergonha para o Brasil que a nossa independência cultural estivesse imersa num sono tão profundo, que não houvesse despertado nem mesmo com o grito do Ipiranga.”.

Nas edições dos dias 21, 27 e 28 de abril e a seção conta com um artigo de Tristão de Athayde em cada edição, intitulados respectivamente No limiar da semana, A Semana lúdica e O juízo da posteridade.

O primeiro, aborda uma crítica feita em 1920 pelo próprio autor do artigo, a respeito do ideal estético defendido por ele ao se tratar da sua opinião negativa ao livro de Adelino Magalhães que de acordo com o ele, o autor “mais se comprovou como o verdadeiro e imediato precursor de certos ideais literários que seria, implícita ou explicitamente, alguns dos pontos capitais da nova estética a ser lançada pela Semana Modernista, após o relato de sua crítica afirma “Como se vê, essa apologia da “ordem”, na composição literária, não só como compatível, mas até como exigência da verdadeira originalidade estética, nada tinham em comum com o espírito de insurreição indiscriminada, ou aparentemente indiscriminada dos organizadores da Semana paulista, que abalou há meio século o nosso pacato mundo literário. Só depois de sua realização, entretanto é que vim a compreender a sua importância.

O próximo artigo é uma continuação do que foi apresentado no artigo anterior. Após apresentar o pensamento do que seria o ideal estético antes da Semana, Tristão de Athayde inicia o segundo artigo dizendo “Por mais que queiram hoje, no seu cinquentenário, diminuir a importância da Semana de Arte Moderna, como parece ser o pensamento dominante no balanço que se está fazendo, o fato é que ela continua a ser, passados cinquenta anos de sua realização o maior acontecimento de nossa história literária no século XX.” e que “só com o decorrer das décadas vamos tendo consciência real do que representou essa Semana, em que o aspecto lúdico é que predominou.”, também afirma que “O que hoje, em 1972 estamos comemorando, não é apenas um sesquicentenário político mas literário, embora esse tardasse alguns anos mais. A Semana de 1922 foi a melhor das comemorações de nosso centenário da independência. Foi ela própria uma semana de independência, de libertação, de irreverência, de inconformismo no plano literário...” finaliza afirmando “Foi rindo que a Semana de 1922 entrou para a História. E nela permaneceu.”.

No último artigo inicia “Se a primeira lição que a Semana de Arte Moderna de 1922 deu às nossas letras, como ontem recordamos, foi a da volta à a infância literária, a segunda foi a de combatividade. Da confiança na vida. Da consciência de uma obra nova a empreender. Da fé no esforço de renovação.” e que “Além dessa segunda lição de combatividade e fé, vinha a da *participação* nos acontecimentos sociais, que logo em seguida distribuíam os próceres da Semana, à direita e à esquerda das posições político-sociais que os novos tempos estavam provocando...”, finaliza ao dizer que

“A semana, que parecia apenas um fogo de artifício, ficou sendo um marco irremovível. Mesmo quando repudiada ou esquecida. Diante disto, não podemos deixar de concluir, ao volver os olhos para meio século decorrido, que o balanço da Semana é definitivamente positivo e não negativo ou indiferente. Não será esse o famoso juízo da posteridade?”

No dia 3 de maio de 1972, encontra-se o artigo A liderança de Graça Aranha de Josué Montello. Aqui exalta-se a liderança do autor no modernismo brasileiro e o seu papel de revolucionário no meio literário. As figuras do modernismo são resgatadas durante o ano, principalmente no primeiro semestre

Nesses artigos não se encontra necessariamente uma relação entre o evento e algum valor que produza algum sentido sobre “a nação”, porém é possível ver a construção da história acerca

da Semana, e a construção do significado da Semana para aquele momento específico, através do resgate a esse passado.

Caderno B

A seção “Caderno B” era o caderno cultural do Jornal do Brasil e popularizou a criação de um espaço próprio para o conteúdo de artes e cultura dentro das edições dos jornais. PIZA (2003) e LIMA (2006) *apud* JÁCOME e VIEIRA (2018) afirmam que O Caderno B do Jornal do Brasil é classificado como “o precursor do moderno jornalismo cultural brasileiro”, “de caráter absolutamente inovador e rico”, tornando-se sinônimo de caderno de cultura ao reunir em suas páginas diárias uma combinação de arte, literatura, música, teatro e comportamento produzida por jornalistas, escritores e intelectuais.

A primeira referência à Semana no Caderno B acontece por Walmir Ayala, na coluna Artes Plásticas, dia 21 de janeiro de 1972, intitulado Cultura e a Semana, e fala sobre a edição da revista Cultura, do Ministério da Educação e Cultura, que seria lançada em março daquele ano, de acordo com o autor “O registro histórico da Semana merece a sua revisão. Revisitado, cumpre-nos reconhecer a influência e a repercussão nacional do evento...”, ainda afirma que “Em 1972, a ideia básica é nacionalizar a significação da Semana.”

Na edição do dia 5 de fevereiro, o Jornal do Brasil lança na seção Caderno B um especial de 6 páginas (praticamente o número de páginas da seção menos algumas páginas de anúncios) em homenagem aos 50 anos da Semana, com opiniões, tanto dos escritores da seção no Jornal, quanto de jornalistas e escritores sobre a Semana de Arte Moderna;

A primeira página tem como atrativo, que ocupa quase metade da página, uma gravura de Tarsila do Amaral com o escrito “especial para o jornal JB” no rodapé - que segundo uma breve pesquisa na plataforma Google - hoje está avaliada em R\$26,000,00 - e a outra metade, conta com um artigo da redação do JB que apresenta os discursos feitos pelos participantes da Semana, suas obras, e a reação da plateia e dos jornais da época dando ênfase na “rejeição dos estilos e padrões consagrados” presentes nessas obras, e na reação negativa dessa plateia e nas opiniões publicadas nos jornais após os eventos que aconteceram naquelas noites.

“Aplaudido, vaiado e aparteado” ao falar sobre o discurso de abertura de Graça Aranha, apresenta a opinião do jornal *A Gazeta* sobre as composições de Vila-Lobos que diz “sons sucessivos, sem nexos, fora da arte musical: são ruídos, são estrondos”, fala sobre a imitação de

um cão por parte de alguém na plateia durante o discurso de Ronald de Carvalho, ao nos mostrar o choque da plateia, parece querer mostrar não o absurdo que foi o evento para a época, mas sim exaltar a ousadia de seus participantes, e o caráter “revolucionário” de quem fez a Semana em relação a mentalidade cultural de sua época.

O especial continua com dois artigos críticos à Semana, de Leo Vaz¹ e de Antônio Paim Vieira², intitulados respectivamente de “Os *“playboys”* divertidos e “Os Burgueses Confortáveis”; o primeiro afirma que “a Semana de Arte Moderna “nunca existiu” e que “não passou de um delicioso conto-do-vigário.”, o crítico confessa, decorridos 50 anos “não compreender como é que o modernismo logrou conseguir tanto apreço no mundo cultural, “levando em conta que tudo não passou de uma historinha de fadas” e narra que “O Teatro Municipal estava vazio nos três dias da Semana”, sendo a semana “a blague mais espirituosa já pregada na história da cultura”.

Antônio Paim Vieira salienta o papel aristocrático e burguês dos participantes da Semana, para ele “A vida artística brasileira não era tão intensa que estivesse a exigir uma renovação. A única reforma séria reclamada pelos espíritos cultos consistia na nacionalização da arte. O resto foi esnobismo”, ressalta também que “O lado mais positivo de 1922, foi a valorização do folclore” e que de acordo com o mesmo, “não estava nos planos dos modernistas.”, termina o artigo afirmando que “A Semana de 1922 não teve a menor preocupação social. Os futuristas todos eram burgueses confortáveis, ... Só lhes interessava a forma, o exterior. Socialismo, fascismo, hitlerismo, capitalismo, tudo eram apenas qualificativos. Não queria passar por reacionários. Nada Além disso.” sendo esses dois artigos, as únicas críticas a respeito da Semana de Arte Moderna que se tem em todo o material encontrado no ano de 1972.

As páginas que preenchem o restante do especial sobre a Semana no Caderno B, contam com artigos:

- “A Cultura em Processo” de Mario da Silva Brito³
- “As Palavras em Liberdade” por Antônio Carlos Villaça⁴
- “A Independência Proclamada” de Prudente de Moraes Neto⁵

¹ Escritor e jornalista paulista

² Pintor, participante da SAM.

³ Foi historiador literário brasileiro, conhecido por seus estudos acerca do modernismo nacional.

⁴ Escritor, jornalista e tradutor carioca. Manteve uma coluna diária no Jornal do Brasil de 1959 - 1961.

⁵ Jornalista e crítico literário brasileiro, apoiou o golpe de 64 que depôs o presidente João Goulart, posteriormente defendeu perseguidos pela ditadura militar.

- “O Carnaval Permanente” por Tarsila do Amaral⁶
- “A Redescoberta do Brasil” por Renato de Almeida⁷
- “A Descentralização da Cultura” de Joaquim Inojosa⁸
- “A Atmosfera do Passado” de Guimar Novais⁹
- “A Rebeldia Sem Complexos”, por Cândido Mota Filho¹⁰
- “Um Escândalo Urgente”, por Sérgio Buarque de Holanda¹¹
- “O Renascimento Brasileiro”, por Raul Bopp¹²
- “Um Grito Radical de Renovação”, por Menotti Del Picchia¹³
- “As Duas Faces da Moeda”, por Plínio Salgado¹⁴
- “A Autenticidade Americana”, de Cassiano Ricardo¹⁵
- “A Festa Dos Escritores”, por John Graz¹⁶

A análise minuciosa desses artigos poderia gerar uma pesquisa sobre as opiniões acerca da Semana de Arte Moderna por si só, limito-me a apresentar as considerações gerais sobre os mesmos

O primeiro ponto a ser levantado é a diferença entre o número de artigos críticos à Semana apresentados anteriormente pelo Jornal do Brasil e o imenso número de artigos com um teor positivo a SAM que preenchem as próximas páginas do jornal.

O segundo ponto a ser levantado é a convergência entre alguns artigos a respeito da relação entre a SAM e a singularidade do evento em ter sido o ponto que demarca na produção cultural brasileira, o momento em que se passa a buscar uma consciência do que é ser brasileiro e

⁶ Artista brasileira, considerada uma das principais artistas modernistas, considerada fundamental na formação do movimento da Antropofagia, movimento estético que resultou da Semana de Arte Moderna.

⁷ Participante ativo da Semana de Arte Moderna.

⁸ Advogado, poeta e crítico pernambucano e amigo dos principais organizadores da SAM. Ajudou a divulgar produções modernistas em Pernambuco.

⁹ Pianista brasileira, participou da SAM.

¹⁰ Na época, redator do Correio Paulistano, participou ativamente da SAM, fundou posteriormente o Movimento Verde-Amarelo, resultante também das renovações estéticas que sucederam após a SAM.

¹¹ Historiador, sociólogo e escritor brasileiro, participou ativamente do movimento Modernista de 1922, tendo sido nomeado representante da revista Klaxon por Mário de Andrade e Oswald de Andrade.

¹² Poeta, de acordo com o JB, um dos “iniciadores do modernismo no Brasil”, teve seu poema aclamado na Semana de Arte Moderna, tendo posteriormente aderido ao movimento modernista de São Paulo.

¹³ Um dos principais articuladores da Semana de Arte Moderna e mestre de cerimônias na segunda noite do evento.

¹⁴ Poeta, escritor, historiador, fundador e líder da Ação Integralista Brasileira.

¹⁵ Jornalista e poeta, fez parte do grupo Verde e Amarelo, movimento que sucedeu a SAM.

¹⁶ Pintor suíço participante da SAM.

a se produzir arte brasileira. Ideia que se encontra presente nos artigos: “A Cultura em Processo”, Mario da Silva Brito atribui como conquista do movimento a “estabilização de uma consciência criadora nacional”, Antônio Carlos Villaça, no artigo “As Palavras em Liberdade”, afirma que “O movimento modernista foi o prenunciador e, por muitas partes, o criador de um estado de espírito nacional.”, “A Independência proclamada” de Prudente de Moraes Neto, “A Redescoberta do Brasil” de Renato de Almeida, “A Rebelião Sem Complexos” de Cândido Mota Filho, “Um Escândalo Urgente” de Sérgio Buarque de Holanda, “As Duas Faces da Moeda”, de Plínio Salgado, “A Autenticidade Americana” de Cassiano Ricardo

Se a ideia em 1972 era “nacionalizar a significação da Semana”, o Caderno B cumpriu o seu papel, e consegue no início do segundo mês do ano, inflar o significado da Semana de Arte Moderna no que diz respeito ao seu papel para a história da cultura brasileira, constantemente fazendo referência ao papel importantíssimo da Semana como o momento em que se pode descobrir o que realmente seria “ser brasileiro”. No entanto, não se pode negar a importância do espaço cedido pelo Caderno B do Jornal do Brasil em homenagem a Semana de Arte Moderna, por ser o único momento ao longo do ano em que se busca fazer um levantamento sobre o que ocorreu no evento, e em que é possível compreender em parte, os motivos de se estar “comemorando os 50 anos da Semana de Arte Moderna”.

O Caderno B lança mais 2 artigos referentes à Semana de Arte Moderna. O primeiro desse, no dia 19 de fevereiro, trata mais especificamente sobre o escritor Mário de Andrade, por Alphonsus de Guimaraens Filho¹⁷, chamado “A Presença do Grande Ausente” o artigo trata de vários momentos da vida de Mario de Andrade, e a referência que faz à Semana de Arte Moderna se encontra na primeira fase de sua introdução que diz “Neste ano de cinquentenário da Semana de Arte Moderna, Mário de Andrade, entre uns poucos escritores, é tema que se impõe. Falar do modernismo, com todas as suas consequências, é falar dele...”, que se relaciona com o título, onde Mario de Andrade seria uma figura ausente na comemoração de 50 anos da Semana. Ao longo da pesquisa foi possível notar um resgate às figuras que integraram a Semana, mesmo que a temática às vezes não fosse relacionada ao papel dessa figura à Semana, essa relação era sempre um ponto a ser constatado.

O segundo artigo, é publicado na edição do dia 29 de abril, escrito por Mário da Silva Brito e é intitulado “A Semana Em que as Araras Latiram”, compondo a primeira página do dia

¹⁷ Poeta brasileiro, integrante da terceira geração do modernismo

no Caderno B, em sua introdução afirma “Dizem os anais científicos que a cidade de São Paulo foi sacudida em janeiro e fevereiro de 1922 por abalos sísmicos - acontecimento raro em nosso país. Hoje, 50 anos depois, ninguém se lembra de tais tremores, mas continuam vivas na mente de todos as convulsões que se seguiram a um outro fato, este de ordem intelectual, ocorrido também naquele início de ano, no Teatro Municipal. Nos dias imediatos a capital paulista viu-se sacudida em um terremoto de emoções que quase de imediato engolfaram todo o país: Era a Semana de Arte Moderna.”. Comenta ainda sobre as reações negativas que o evento teve, e as respostas dadas pelos participantes da Semana. No trecho destacado em itálico, percebe-se a tentativa de criar um significado para o evento que não condiz propriamente com o que temos por conhecimento sobre a história da Semana, que como já foi apresentado, pouco foi comentada no momento em que ocorreu.

Alphonsus de Guimaraens Filho lança outro artigo em homenagem a outro nome do movimento modernista, Manuel Bandeira, o título Manuel Bandeira nos 50 anos do Modernismo inicia dizendo “O nome de Manuel Bandeira se destaca mais (se for possível) neste ano em que o Modernismo brasileiro alcança 50 anos.”, nos indicando assim, a Semana já considerada como marco fundador do movimento modernista brasileiro; é interessante salientar que Manuel Bandeira não foi participante da Semana de Arte Moderna.

Mário da Silva Brito também lança um artigo com o título “O estrangeiro e a Semana de Arte Moderna, no dia 26 de janeiro, que mostra a reação positiva apresentada em jornais de comunidades estrangeiras no Brasil a respeito do evento, na época em que o mesmo aconteceu, o *Fanfulla*, da comunidade Italiana, o *Messenger de S. Paulo*, da comunidade francesa e *Deutsche Zeitung*, da comunidade germânica.

No Caderno B, Carlos Drummond de Andrade¹⁸, colunista do jornal, publicou três artigos ao longo do mês de fevereiro a respeito da Semana de Arte Moderna. O primeiro no dia 3 de fevereiro é intitulado “A semana continua”, onde reflete sobre a reação negativa à Semana na época em que ocorreu, contestada ou ignorada na época pelo estabelecimento acadêmico, também foi objeto de negação dentro do próprio modernismo.” Mostrando trechos de cartas, como a de Mário de Andrade, recebida por Carlos Drummond de Andrade em 1926 em que explica que após a Semana, perdeu seus alunos particulares e o prestígio que tinha alcançado no seu meio de trabalho até então, e a carta de Ribeiro Couto, de 1925 “espinafrativa de Graça

¹⁸ Poeta, pertencente a segunda geração modernista

Aranha”; Drummond termina o artigo dizendo “Afinal, em 22, ninguém deu importância à Semana de 22. Com o tempo, revelou-se mais do que uma brincadeira: pois antes dela era o sono, e depois dela o dilúvio. Que dura até hoje. A arqueológica Semana de 22 continua viva em 72, nos netos incontáveis, que a negam e lhe seguem o exemplo. Haverá defunto mais saudável?”.

O segundo desses artigos, é publicado no dia 8 de fevereiro, intitulado A Semana: Opiniões e se trata de um levantamento de opiniões sobre a Semana, “inscrita no Livro do Tombo Literário, mas ainda lépida, a julgar pela onda que continua a despertar em livros, periódicos, papos de bar e cursos universitários”, em diferentes jornais, datas e por diferentes autores. Apresenta tanto opiniões que exaltam a Semana como um marco importante, quanto desqualificam a mesma a apenas um breve momento dentro do modernismo nacional.

No dia 22 de fevereiro no artigo A Semana, Como engordou, Drummond satiriza ao dizer “Mário da Silva Brito resolveu esconder-se numa toca, em lugar incerto e não sabido até passar o ano de 1972. Tem motivo para isso. As comemorações da Semana de Arte Moderna caem todas sobre a sua cabeça.”.

No dia 2 de maio, o Caderno B dedica uma página para a figura do palhaço Piolim “o mais legítimo representante da arte popular durante a década de 20”, cujo circo nos anos 20, era frequentado pelas principais figuras da Semana, que acabou se tornando amigo de seus participantes.

Esses artigos nos mostram que houve uma pesquisa quase que histórica sobre a Semana, o que serviu para embasar o significado de se estar comemorando tal evento.

Celina Luz, com o artigo Bonnard visto por quem faz Arte, publica opiniões de diversas pessoas sobre a exposição do pintor no Museu de Arte Moderna, entre elas, encontra-se a de Glauco Rodrigues, que exalta o pintor por retratar “o seu país e a sua época com enorme fidelidade e isto me faz pensar no nosso problema - o problema da arte brasileira. Não adianta nada a gente ficar fazendo “arte & tecnologia” ou outras importações mais ou menos sofisticadas, para com isso iludir a nós mesmos a respeito de nossa própria condição.” retoma o altamente exaltado espírito revolucionário e nacionalista da Semana ao dizer “Estamos precisando de uma outra Semana de Arte Moderna para sacudir a poeira desta estagnada, acadêmica, falta e importada arte que se faz no Brasil hoje.”

Eventos Comemorativos

O país, vivia esse ano sob a expectativa de grandes comemorações, de acordo com Cordeiro (2012) e o ano teve como característica mais marcante a multiplicação, país afora, de eventos comemorativos os mais diversos ao longo de toda a sua duração, eventos esses que evocavam valores, tradições, e renomearam os grandes heróis da pátria mas que também orgulhosamente comemoravam o progresso do tempo presente.

Nas comemorações acerca do aniversário é onde se encontra o maior número de material, logicamente, comemorar meio século de “idade” de algo não é um fato surpreendente por si só, o que entra em questão é o contexto e os motivos de se definir o que é e de que modo algo merece ser comemorado e lembrado 50 anos depois. A primeira menção a um evento comemorativo de 50 anos da Semana da Arte Moderna acontece na edição do dia 14/01/72, no 1º Caderno, e trata do VI Festival de Inverno de Ouro Preto, que tem como temas principais, o 150º aniversário da Independência do Brasil, o 50º aniversário da Semana de Arte Moderna e o 10º aniversário da morte do pintor Alberto Guignard, o Festival era coordenado pelo conselho de extensão da UFMG, patrocinado pelo ministério da educação e cultura, A primeira edição desse festival ocorreu em julho de 1967, sendo uma iniciativa de um grupo de professores da escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que buscava como proposta fundamental ser um espaço de iniciação, aprofundamento, experimentação e pesquisa de novas linguagens artísticas. O festival teve uma segunda e consolidada edição em 1968 e neste e nos anos seguintes aquele era um espaço para debates e reflexões que englobavam questões políticas nacionais e internacionais.

No mesmo dia, o Jornal do Brasil anuncia as comemorações que iriam ocorrer em São Paulo, entre o dia 1 e 7 de maio deste ano. A Comemoração Oficial do Cinquentenário da Semana de Arte Moderna em São Paulo contou com uma exposição de arte intitulada *A Semana de 22, Antecedentes e Consequências*, no Museu de Arte de São Paulo, apresentações do palhaço Piolim, uma figura icônica no meio dos principais nomes dos participantes da Semana de Arte Moderna na década de 20, com direito a uma “construção de uma réplica sua, de 4 metros de altura, caracterizada com as tradicionais indumentárias do palhaço, que ficará rodando na frente do Museu, na Av. Paulista.”, um seminário de literatura dividido em 3 sessões, contando com uma palestra do crítico Fernando Góis - em que, na edição do Jornal do Brasil do dia 5 de maio, é

relatado que o “nacionalismo da Semana de Arte Moderna foi a principal questão debatida e analisada, apesar de que o conferencista não tivesse dado ênfase a tal aspecto - uma com o romancista José Geraldo Vieira, e outra com o professor Fernando Borges, além de contar com um depoimento público com o jornalista e escritor Menotti Del Picchia, um dos principais nomes por trás da Semana; a comemoração contou também com vários concertos no Teatro Municipal, “destacando-se o com Guiomar Novais”, a maior pianista brasileira e uma das maiores celebridades nos meios musicais da Europa e dos Estados Unidos no início do século XX, participante da Semana de Arte Moderna, mas que construiu sua carreira principalmente no exterior; foram exibidos também no MASP os filmes: Exemplo Regenador, Fragmentos da Vida, Páginas da Vida, Dois Prontos de Sorte, 1922 e a Exposição da Indústria, São Paulo - Sinfonia de Uma Metrópole e Alvorada da Glória e a apresentação da peça de teatro Esses Intrépidos Rapazes e Sua Maravilhosa Semana de Arte Moderna.

Em relação a peça de teatro citada, também nomeada somente de *A Semana*, de acordo com Catarina Mendes Silva (2009 p. 27)

A idéia da criação de A Semana foi advinda das comemorações oficiais por iniciativa dos propagandistas em defesa do regime militar. Assim, tanto a comemoração do Cinquentenário da Semana de Arte Moderna de 1922, quanto do Sesquicentenário da Independência do Brasil serviram, aos detentores do poder, como uma tentativa de afirmação de um Estado-Nação, de uma cultura nacional, da valorização da história que privilegia grandes nomes, grandes heróis.

E também aborda que (2009 p. 6)

Não era objetivo do autor, homenagear os integrantes e participantes da Semana de Arte Moderna de 1922, mas de contrapor a versão oficial do acontecimento colocada na comemoração dos cinquenta anos do evento. Interessava, na ótica de Queiroz Telles, além de desmascarar a imagem de 1922 forjada pelos militares, instigar o espírito revolucionário contido na Semana, enfatizando a questão da liberdade, tendo em vista a reflexão por parte dos espectadores sobre a situação política de 1972: a ditadura militar.

Sobre isso, é possível notar que, mesmo o sujeito daquele dado momento tinha consciência da relação do papel das comemorações que ocorriam na manutenção e sustentação para a imagem do regime militar.

A exposição no Museu de Arte de São Paulo, rendeu uma matéria de uma página ao Caderno B, no dia 25 de abril, escrita por Alberto Beutenmuller, intitulada “Um Mergulho de 50 Anos”, de acordo com o redator é “Uma exposição que aprisiona o tempo e mergulha o público

no passado,... Graças a essa concepção inédita no país, os visitantes não verão apenas obras de arte mas terão também uma visão detalhada do quadro social no qual surgiram os criadores do Modernismo.”, com essa matéria, podemos ver o esforço despendido na exposição, que contou em seu acervo com objetos da época, como o primeiro telefone usado na cidade, o primeiro taxímetro e o relógio de ponto, figurinos, cartazes e fotografias; de acordo com Pietro Bardi, diretor do Museu e organizador da mostra “a reconstituição da Semana de Arte Moderna de 1922 “será completa, dando os antecedentes e consequentes daquele movimento” e “Graças a esse aparato que constitui uma verdadeira máquina do tempo, o público poderá sentir melhor os problemas técnicos, sociais e econômicos dos anos 1920-30.”, a exposição contou com uma reconstituição da sala de trabalho de Mário de Andrade, transportada da casa do autor (já havia sido tombada pelo Patrimônio Histórico), com a sua máquina de escrever, quadros, armários e pertences; além de contar com quadros de Lasar Segall expostos em 1913, na primeira exposição de arte moderna no Brasil, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral e Vitor Brecheret.

Um programa de música comemorativo do 50º aniversário da Semana de Arte Moderna, no cinema Pirajá, que a única coisa que é apresentada em como esse evento se relaciona a Semana é que “na opinião dos organizadores do concerto, existe um clima de confusão, em muitos pontos idêntico ao de 1922, pairando sobre a arte e a cultura brasileiras de hoje” e que “pelo menos um dos conjuntos, o 1822, passe a contrariar frontalmente o tropicalismo e seus remanescentes baianos, declarando guerra à concepção londrina e novaiorquina de Caetano Veloso e Gilberto Gil.”, que mais indica que, qualquer evento cultural, poderia se utilizar das comemorações acerca da Semana para se divulgar, sem necessariamente ter qualquer relação a ela em seu conteúdo.

A exposição da Galleria Collectio, de São Paulo, em comemoração ao cinquentenário, com um “investimento, calculado em mais ou menos Cr\$1,5 milhão, que depois de mostrado no Rio em São Paulo, “percorrerá todos os demais Estados brasileiros”. O Instituto Brasil-Estados Unidos também realizou uma exposição, com um acervo estimado em Cr\$1 milhão, sobre 50 Anos de Arte Brasileira, a título de homenagear os 50 anos da Semana.

Foi assinado um convênio sobre exposições culturais brasileiras no exterior, para promover um programa especial de comemoração do Sesquicentenário da Independência e do Cinquentenário da Semana de Arte Moderna de 22, entre o Chanceler Gibson Barbosa e o Governador Laudo Natel. O convênio entre o Itamaraty e o Governo de São Paulo previa a

“realização de exposições em Milão, Londres, Paris, Roma, centros de estudos brasileiros na América Latina e em outros locais”. Sendo também publicado no jornal a realização de exposições na França e um seminário na Universidade da Califórnia com a temática da Semana de Arte Moderna que partiram deste convênio.

A Semana foi homenageada no Encontro em Goiás, das Academias de Letras do Brasil e também no Congresso Nacional; houve também uma exposição itinerante em comemoração a Semana organizada pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Departamento de Cultura do Rio de Janeiro; uma exposição comemorativa dos 50 anos pela Biblioteca Regional do Grajaú; a Biblioteca Regional de Campo grande também realiza uma confêrencia sobre a Semana; um ciclo de palestras pela Academia Fluminense de letras sobre o Movimento Modernista de 22; uma Semana de Arte Moderna, em Niterói, pelo Conselho Estadual de Cultura e pela administração regional do Sesc; a Semana foi debatida no VII Encontro Nacional de Escritores; um programa comemorativo do cinquentenário da Semana, patrocinado pela Câmara de Extensão e pelo Instituto de Arte e Arquitetura da UNB, na Universidade de Brasília; um especial sobre a Semana de 22 com 8 filmes sobre o modernismo no programa da Cinemateca do MAM; um concerto promovido pelo Museu Vila Lobos, no Teatro Municipal do RJ, em razão dos 50 anos da Semana; um Simpósio sobre a Semana, promovido pela Secretaria de Cultura da Guanabara, dentro do programa do Sesquicentenário, na sede do Pen Clube do Brasil; um curso promocional da Sociedade dos Amigos do Museu Nacional de Belas-Artes, em comemoração ao cinquentenário da Semana de 22; uma exposição em homenagem aos 50 anos da Semana no *Núcleo de Artes O Barraco*; um concurso lançado pela comissão executiva dos festejos comemorativos da Semana de Arte Moderna instalada na PUC lançou um concurso de cartaz-símbolo sobre o Cinquentenário da Semana com o tema Cinquentenário da Semana de Arte Moderna - Estudantes pela Verdadeira Cultura Nacional.

Uma homenagem que merece destaque é a exposição de cartazes de 32 folhas - os cartazes gigantes normalmente empregados em propaganda - com a obra *Operários*, de Tarsila do Amaral, como homenagem à Semana de Arte Moderna, pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, expostos em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília.

O regime militar nesse período se tornou porta-voz de valores patrióticos que se baseavam na capacidade de evocar o passado glorioso da nação e ao mesmo tempo validavam o sucesso do tempo presente em que se podia construir um sólido progresso, tanto devido a ideia

do milagre econômico quanto a concepção de que se estava vencendo a ameaça terrorista que assolava o país. Seja nas comemorações a SAM, ao Sesquicentenário, as vitórias esportivas, o importante era a concepção de que era finalmente possível e necessário comemorar, pois o futuro brasileiro, estava sendo construído no presente.

As comemorações a SAM, possibilitaram recheiar ainda mais, o calendário das comemorações do governo, ampliando seu alcance ao âmbito da cultura, não só vivia-se no país do futuro, no país campeão do mundo de futebol, quanto ainda se vivia num país culto, que tinha noção da importância da sua produção cultural nacional.

Produções culturais sobre a Semana

Além da realização de eventos comemorativos por instituições privadas e públicas, foi possível perceber uma grande quantidade no que diz respeito à produção cultural, seja em forma de livros, peças de teatro, filmes e revistas.

Foi ao ar pela TV Globo, no dia 16 de julho, no programa Globo-Shell Especial, um documentário sobre a Semana de Arte Moderna, com depoimentos de Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Mário da Silva Brito, entre outros. A já comentada peça de teatro “Esses Intrépidos Rapazes e sua Maravilhosa Semana de Arte Moderna, apresentada diariamente no Estúdio São Pedro. A 3ª edição do livro *Antecedentes da Semana de Arte Moderna* de Maio da Silva Brito, figura tantas vezes repetida ao longo do ano no jornal. Uma edição dedicada aos 50 anos da Semana de Arte Moderna na Revista Vozes, além do livro *Vanguarda Européia e o Modernismo Brasileiro* pela Editora Vozes. O livro *Modernismo e Modernidade* de Ledo Ivo. Um número da revista Cultura, publicada pelo MEC, totalmente dedicado à Semana de Arte Moderna de 22. Um volume sobre arte que trata do Modernismo no Brasil pelo Museu de Arte Moderna. Além de livros publicados sobre as figuras do movimento como *Tarsila*, de Aracy Amaral, que também publica o livro *Artes Plásticas na Semana de 22* no mesmo ano, *Vila-Lobos na Intimidade e na Platéia* de Luis Guimarães. Também houve a tentativa de realizar uma peça teatral de *O Homem e o Cavalo*, de Osvald de Andrade, que sofreu cortes no texto pela Censura, fazendo com que o projeto fosse abortado, pelo diretor e pela produtora não se interessarem pelo texto que “consideram deturpado”. No Museu de Arte Assis Chateaubriand foi apresentada a peça *Movimento Modernista: Poesia*. “com leitura de poemas intercalada com a de pequenos textos críticos que ambientam os poetas e sua obra dentro da revolução que reformulou, há 50 anos, o pensamento cultural brasileiro.”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou as publicações *a posteriori* a respeito da Semana de Arte Moderna, buscando focar como foi tratada em seus decênios comemorativos no Jornal do Brasil, até o ano de 1972.

Ao optar por pesquisar o termo na ferramenta de busca de periódicos na Hemeroteca Digital Brasileira, é importante considerar o fato de que na década de 1970, o Jornal do Brasil e outros jornais, apresentaram um alto número de resultados na busca pelo termo em relação a outras décadas. A partir do referencial teórico é possível compreender que as comemorações podem ser utilizadas como ferramentas que constroem uma memória coletiva, e que suas significações podem estar em constante transformação, uso e desuso, a partir dessa consideração, é possível perceber os resultados encontrados dentro dessa lógica, mesmo que de modo secundário dentro de seu contexto.

Não seria possível afirmar com certeza a que ponto o que foi apresentado sobre a SAM pelo Jornal do Brasil influencia a visão que o indivíduo tem de si em relação ao seu país, mas as fontes analisadas mostraram que muitas vezes, a comemoração da Semana veio ligada às comemorações dos 150 anos da Independência, servindo como um suporte para esse evento “maior”, a fim de inflar a importância de se comemorar as datas a nível nacional. Além disso, ao se tratar das comemorações, foi possível perceber que ocorreram em diversas estruturas sociais, tanto políticas quanto acadêmicas quanto populares, tanto públicas quanto privadas. Além de comemorações no exterior financiadas por órgãos públicos.

Foram poucas as referências encontradas a respeito do termo Semana de Arte Moderna no Jornal do Brasil antes da década de 70, e ao se tratar de alguma comemoração do evento, foram ainda menos, limitando-se a apenas 6 artigos que fizeram referência a alguma homenagem à Semana. O contraste entre esse pequeno número em 4 décadas e o grande número de comemorações em apenas 1 ano, é um dado por si só, pois como vimos, nenhum evento comemorativo é criado do zero, mas sim, teve de ser inventado em algum ponto, permitindo assim a uma tentativa de redescobrir o seu significado, contextualizando-a ao seu contexto histórico.

Na pesquisa apresentaram-se situações em que o evento era diretamente situado a valores inerentes ao “ser brasileiro” que eram impostos pela estrutura textual ao leitor, e que utilizaram o evento como um ponto em comum na história para situar alguns desses valores a um passado em comum, mostrando assim a real capacidade do que é esse “ser brasileiro”, com conclusões que se baseiam nas situações de seu presente.

O grande número de comemorações, e de produções culturais a respeito da Semana de Arte Moderna, e do modernismo brasileiro - que passa a ser sinônimo da Semana nas páginas do Jornal do Brasil - é constantemente fundamentado pelo caráter "revolucionário" e “fundamental” e pela constante afirmação do papel de “descobrimto” ou “redescobrimto” do Brasil, o qual é repetidamente designado à Semana ao longo dos artigos apresentados no Jornal do Brasil naquele ano.

Esse resgate a SAM está relacionado à ideia de “invenção da tradição” apresentada por Stuart Hall, de modo, nas páginas do jornal se tratou dessas comemorações como algo tradicional ao povo brasileiro, mesmo que desde 1922 até o dado momento, tenha sido o primeiro ano em que comemorar esse evento de maneira nacional fez sentido. Também é possível analisar que a importância da SAM nesse contexto, é justamente o seu papel como produtora de uma “narrativa da nação”.

Acredito que foi possível com a pesquisa compreender a SAM, como uma pequena parte que deu suporte às comemorações que marcaram, em especial, o ano de 1972 no Brasil. É importante ressaltar a capacidade de mobilização nesse momento, de importantes segmentos sociais do país, que estabeleciam diálogo com os valores que o regime almejava, não por uma simples manipulação, fruto da propaganda e da repressão, mas sim pelo fato de que esses valores almejados, eram contemplados também pelos atores sociais que faziam parte daquele período.

Esse trabalho busca contribuir na compreensão da ditadura como produto histórico da sociedade brasileira, em contraponto à ideia da ditadura como uma imposição que por meio da repressão conseguiu se manter dominante. A partir da compreensão das comemorações como parte do processo de construção de uma identidade, é possível perceber que não se constrói uma ponte entre sociedade e governo, se não existir a identificação mútua no que diz respeito aos valores almejados entre uma parte e a outra.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAMBERT, F. **A reinvenção da Semana (1932-1942)**. Revista USP, São Paulo, n. 94, p. 107-118, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/45182>. Acesso em: 30 maio 2022.

BOAVENTURA, M. E. **Semana de Arte Moderna: o que comemorar?**. Remate de Males, Campinas, SP, v. 33, n. 1-2, p. 23-29, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636444>. Acesso em: 25 maio 2022.

CARDOSO, R. **A reinvenção da Semana e o mito da descoberta do Brasil**. Estudos Avançados, [S. l.], v. 36, n. 104, p. 14-34, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/194922>. Acesso em: 25 maio 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2 ed. São Paulo, Editora Contexto, 2013.

CLARKE, J. **Conjunctures, crises, and cultures**, Focaal, Nova Iorque, v. 2014, n. 70, p. 113-122. Dez. 2014 from <https://www.berghahnjournals.com/view/journals/focaal/2014/70/focaal700109.xml> Acesso em: 15 junho 2022.

COELHO, F. **A semana de cem anos**. ARS (São Paulo), São Paulo, v. 19, n. 41, p. 26-52, Abr. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ars/article/view/184567>. Acesso em: 23 maio 2022.

CONNERTON, P. **How Societies Remember**. 17 ed. Reino Unido: Cambridge University Press, 2009.

CORDEIRO J. M. **Milagres, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972**. *Confluenze. Rivista Di Studi Iberoamericani*, 4(2), 82-102. [S. l.], v. 4, n. 2, p. 82-102, 2012. Disponível em: <https://confluenze.unibo.it/article/view/3432>. Acesso em: 05/05/23

FICO, C. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUARNIERI, D. C. **O nascimento e a morte da “Revolução”**: O discurso do Jornal do Brasil (1964-1968). *Oficina do Historiador*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. e39676, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrio.br/index.php/oficinadohistoriador/article/view/39676>. Acesso em: 15 novembro 2022.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JÁCOME, P.; VIEIRA, I. M. **O lado B do jornalismo: como os cadernos culturais entram na história.** *Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 03, p. XX-XX, dez. 2018/ mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/19456/pdf> Acesso em: 10 novembro 2022.

NAPOLITANO, M. **O regime militar brasileiro: 1964-1985.** 1 ed. São Paulo: Editora Saraiva. 1998.

NERCOLINI, M. J.; ENNE, A. L. **Narrativas de memória e territórios inventados: a configuração das identidades e dos lugares como processos culturais.** *Revista Mídia e Cotidiano*, v. 8, n. 8, p. 3-24, 31 mar. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9764> Acesso em: 20 agosto 2022.

PAIVA, L. M. L.; MAGALHAES, J. A. R. **A desconstrução do sujeito moderno e o mito da identidade nacional em Stuart Hall.** *Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica*, [S. l.] v. 2, p. 264, 2016. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/culturajuridica/article/view/379/381>. Acesso em: junho 2022.

SILVA, C. A.; **A semana ou esses intrépidos rapazes e sua maravilhosa Semana de Arte Moderna: o espírito revolucionário sob o olhar de Carlos Queiroz Telles.** 2009. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18814/3/SemanaIntrepidRapazes.pdf> Acesso em: novembro 2022.

SPANNENBERG, A. C. M.; BELAFONTE BARROS, C. V. **Do impresso ao digital: a história do Jornal do Brasil.** *Revista Observatório*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 230–250, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/1693>. Acesso em: 15 dezembro 2022.

VASCONCELOS, C. B.; **O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial - militar brasileira (1964 -1968).** *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 28, p.365-401, set. / dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311282019365/10653> Acesso em: 15 novembro 2022.

VASQUES, F. F.; SOUSA, F. S. P. **Pioneirismo, inovações, crises financeiras e a transição de plataforma na história do Jornal do Brasil.** *Poliantea*, [S. l.], v. 10, n. 18, p. 145–176, 2015. Disponível em: <https://journal.poligran.edu.co/index.php/poliantea/article/view/526>. Acesso em: 12 dezembro 2022.